

ASPECTOS DE MERCADO

Os preços de celulose no mercado internacional registraram um acréscimo de 5%, comparativamente ao ano anterior. O preço médio praticado pelo mercado, CIF norte da Europa para fibra curta de eucalipto foi de US\$ 490/ton (US\$ 467/ton em 1998). Os níveis de preços verificados em dezembro (US\$ 590/ton) representaram uma alta de 26% sobre os preços praticados no primeiro trimestre do ano, mostrando a tendência de recuperação a nível global dos preços reforçada pela firme demanda, especialmente, no mercado asiático, e pela constante queda dos estoques NORSCAN, que agrega os principais produtores de celulose de fibra longa.

DESEMPENHO OPERACIONAL

A produção de celulose totalizou 290,4 mil toneladas de celulose de fibra branqueada, 0,3% acima da produção de 1998 que já tinha sido recorde histórico da empresa, demonstrando consistência no progresso obtido.

Produção (mil tons)	1999	1998
	290,4	289,5

Em 1999 foram produzidas 112,9 mil toneladas de celulose ECF (Elemental Chlorine Free), correspondentes a 39% da produção total do ano, enquanto que no ano anterior, foram produzidas 134,3 mil toneladas de celulose ECF, o equivalente a 46% do volume total. A firme demanda de mercado tem permitido a colocação de celulose standard, sem perda de preço e com ganho no custo de produção.

DESEMPENHO COMERCIAL CONSOLIDADO

O volume total de vendas de celulose no ano de 1999 foi de 294,6 mil toneladas de celulose comparado a 277,8 mil toneladas do exercício anterior, representando um crescimento de 6%. Deste total, 88% foi destinado à exportação, sendo a Europa o principal mercado da empresa, com 55% do volume vendido. Cabe ressaltar que, pelo segundo ano consecutivo, a totalidade das vendas da empresa foram de fibra curta de eucalipto, consolidando sua posição nos mercados da Europa, Ásia e América do Norte.

Vendas (mil tons)	1999		1998	
		294,6	100%	277,8
Brasil	35,8	12%	36,7	13%
Europa	161,6	55%	166,1	60%
América do Norte	32,4	11%	19,4	7%
Ásia	64,8	22%	55,6	20%

	1999	1998	Var. 99/98
Vendas FOB (US\$ MM - Fasb 52)	116,5	100,0	+ 17%
Preço FOB (US\$/ton - Fasb 52)	395	360	+10%

Os preços maiores obtidos em 1999 refletem a tendência de alta no mercado internacional, principalmente no segundo semestre do exercício, quando o preço fob médio foi de US\$ 455/ton (1988 - US\$ 352/t) representando um aumento de 29,3% contra o mesmo período do ano anterior.

RESULTADO CONSOLIDADO

A empresa apresentou em 1999 um prejuízo de R\$ 156,9 milhões contra R\$ 122,9 milhões no ano anterior. Este resultado está afetado principalmente pelas despesas financeiras líquidas (R\$ 156,6 milhões).

INVESTIMENTOS

As inversões somaram US\$ 6,8 milhões, comparados com US\$ 3,5 milhões em 1998. A empresa está implementando um programa de investimentos visando recuperar o atraso ocasionado pela contenção de gastos imposta pela recente dificuldade financeira da empresa.

Encontra-se em curso um programa de investimentos na fábrica de celulose no montante de US\$ 33,2 milhões na Jarcel, a serem incorporados ao ativo da Jari Celulose, por conta do contrato de arrendamento firmado entre ambas.

ESTRUTURA DE CAPITAL CONSOLIDADA.

A Jari Celulose encerrou o exercício com um endividamento consolidado de R\$ 616,6 milhões.

No primeiro trimestre de 2000, foi fechado um acordo de renegociação desta dívida, subordinando sua amortização à geração de caixa presumida da empresa para os próximos 11 anos. Por essa renegociação, está assegurada uma amortização mínima de 27% de seu valor, e o que não for possível pagar neste período por esta geração de caixa além deste valor, estará automaticamente quitado. Este acordo já conta com adesão de folgada maioria dos credores, sendo que há boas perspectivas de estendê-los aos demais credores.

AGRADECIMENTOS

A Administração reconhece em seus colaboradores uma dedicação e empenho que têm sido capazes de superar os maiores desafios, como os que se apresentaram para nós. Agradece também o apoio recebido de fornecedores, prestadores de serviços, instituições financeiras, acionistas e comunidade.

Monte Dourado, 03 de março de 2000.

A Administração

Conselho de Administração

- Roland Brooks Cooke - Presidente
- Lauro Pinto Appel - Conselheiro
- Roberto Felício Lopes Coimbra - Conselheiro
- Sergio Gusmão da Silveira - Conselheiro
- Maurício Dófi Sotta - Conselheiro

Diretoria

- Roland Brooks Cooke - Diretor Presidente
- Luiz Carlos de Carvalho Ribeiro Viegas - Diretor

Parecer dos auditores independentes


3 de março de 2000

Aos Administradores e Acionistas
Jari Celulose S.A.

1. Examinamos os balanços patrimoniais da Jari Celulose S.A. e os balanços patrimoniais consolidados da Jari Celulose S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 1999 e de 1998 e as correspondentes demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e das origens e aplicações de recursos da Jari Celulose S.A. e as correspondentes demonstrações consolidadas do resultado e das origens e aplicações de recursos dos exercícios findos nessas datas, elaborados sob a responsabilidade da administração da companhia. Nossa responsabilidade é a de emitir parecer sobre essas demonstrações financeiras.
2. Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil, que requerem que os exames sejam realizados com o objetivo de comprovar a adequada apresentação das demonstrações financeiras em todos os seus aspectos relevantes. Portanto, nossos exames compreenderam, entre outros procedimentos: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos das companhias, (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados e (c) a avaliação das práticas e estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração da companhia, bem como da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.
3. Conforme descrito na Nota 2(c), baseada na Lei nº 9.816 de 23 de agosto de 1999 e Deliberação da Comissão de Valores Mobiliários - CVM nº 294 de 26 de março de 1999, a Jari Celulose S.A. decidiu exercer a opção de registrar, em dezembro de 1999, no ativo diferido o resultado líquido negativo decorrente do ajuste dos valores em reais de obrigações e créditos em moeda estrangeira, decorrente da variação nas taxas de câmbio ocorrida no trimestre findo em 31 de março de 1999, no montante de R\$ 56.522 mil, líquido da amortização proporcional apurada até 31 de dezembro de 1999. Os princípios contábeis requerem que as variações cambiais sejam registradas no resultado do exercício em que elas ocorrem. Por conseguinte, o patrimônio líquido em 31 de dezembro de 1999 está apresentado a maior e o prejuízo do exercício findo nessa data a menor, por esse mesmo montante.
4. Somos de parecer que, exceto pelos efeitos do diferimento da variação cambial conforme descrito no parágrafo 3, as referidas demonstrações financeiras apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Jari Celulose S.A. e da Jari Celulose S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 1999 e de 1998 e o resultado das operações, as mutações do patrimônio líquido e as

origens e aplicações de recursos da Jari Celulose S.A dos exercícios findos nessas datas, bem como o resultado consolidado das operações e as origens e aplicações de recursos consolidadas desses exercícios, de acordo com os princípios contábeis previstos na legislação societária brasileira.

5. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 1999, a Jari Celulose S.A. apurou um prejuízo de R\$ 153.872 mil; havia acumulado, até essa data, prejuízos de R\$ 555.291 mil e apresentou excesso de passivos sobre ativos circulantes de R\$ 566.285 mil, o que denota a necessidade de obtenção de lucratividade futura e de ingresso de recursos sob a forma de capital e/ou de financiamentos de longo prazo. A companhia elaborou as demonstrações financeiras de 1999 de acordo com os princípios contábeis aplicáveis a empresas operando em regime normal e, conseqüentemente, essas demonstrações não contemplam os ajustes que poderiam vir a ser necessários se a companhia tivesse que realizar seu ativo e liquidar o passivo, obrigações contingentes e compromissos, de outra forma que não a do curso normal dos negócios e por valores diferentes dos contabilizados.



PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC-SP-160-S-PA



Luiz Márcio Malzone
Sócio
Contador CRC-RJ-31.367-7-S-PA

CÓPIA DO ORIGINAL ASSINADO INDIVIDUALMENTE

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO - Em milhares de reais

ATIVO

	Controladora		Consolidado	
	1999	1998	1999	1998
CIRCULANTE				
Disponibilidade	113	52	9.482	1.222
Aplicações financeiras			24.508	2.817
Contas a receber de clientes	454	1.067	33.850	18.335
Contas a receber de empresas controladora, controladas e associada	126.275	47.065	981	472
Impostos a recuperar	979	7.965	3.809	14.432
Estoques	230	3.401	37.270	29.104
Despesas antecipadas	3	398	2.398	1.898
Demais contas a receber	35		10.690	6.752
	<u>128.089</u>	<u>59.948</u>	<u>122.988</u>	<u>75.032</u>
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO				
Impostos a recuperar	10.443	13.640	15.151	19.230
Despesas antecipadas		116		116
	<u>10.443</u>	<u>13.756</u>	<u>15.151</u>	<u>19.346</u>
PERMANENTE				
Investimentos				
• Em empresas controladas	380.200	386.822		
• Em outras empresas			604	604
Imobilizado	519.018	538.423	864.218	899.493
Diferido	93.071	40.970	102.889	50.006
	<u>992.289</u>	<u>966.215</u>	<u>967.711</u>	<u>950.103</u>
	<u>1.130.821</u>	<u>1.039.919</u>	<u>1.105.850</u>	<u>1.044.481</u>

PASSIVO

	Controladora		Consolidado	
	1999	1998	1999	1998
CIRCULANTE				
Fornecedores	199		12.632	9.529
Contas a pagar			6.071	14.940
Contas a pagar a empresas controladora, controladas e associadas	126.052	88.541	52.015	37.213
Salários e encargos sociais	50	22	2.011	1.882
Obrigações tributárias			5.781	5.752
Financiamentos	555.101	328.456	567.079	336.548
Provisão para perda em investimentos	12.538	8.128		
Outras contas a pagar	434	421	8.663	8.176
	<u>694.374</u>	<u>425.568</u>	<u>654.252</u>	<u>414.040</u>
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO				
Financiamentos	61.473	85.505	61.473	85.505
Encargos sociais a pagar			17.338	15.211
Contas a pagar			108	108
Provisão para contribuição social e imposto de renda	28.978	31.526	28.978	31.526
	<u>90.451</u>	<u>117.031</u>	<u>107.897</u>	<u>132.350</u>
PARTICIPAÇÃO DOS ACIONISTAS MINORITÁRIOS				
			<u>828</u>	<u>828</u>
PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
Capital social	823.264	823.264	823.264	823.264
Reserva de reavaliação	78.023	81.001	78.023	81.001
Prejuízos acumulados	(555.291)	(406.945)	(558.414)	(407.002)
	<u>345.996</u>	<u>497.320</u>	<u>342.873</u>	<u>497.263</u>
	<u>1.130.821</u>	<u>1.039.919</u>	<u>1.105.850</u>	<u>1.044.481</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

QUADRO II - JARI CELULOSE S.A
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO - Em milhares de reais

	Controladora		Consolidado	
	1999	1998	1999	1998
RECEITA BRUTA DE VENDAS	1.201	121.421	246.972	138.145
Fretes, seguros e entrepostas	(93)	(14.218)	(27.149)	(17.446)
Impostos e contribuições sobre vendas	(52)	(3.705)	(4.869)	(3.838)
RECEITA LÍQUIDA	1.056	103.498	214.954	116.861
Custo dos produtos vendidos	(1.141)	(118.664)	(165.302)	(126.709)
LUCRO / (PREJUÍZO) BRUTO	(85)	(15.166)	49.652	(9.848)
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS				
Com vendas		(3.611)	(2.951)	(2.423)
Administrativas	(241)	(11.853)	(19.332)	(14.194)
Infra-estrutura		(6.504)	(5.064)	(6.960)
Honorários dos administradores	(283)	(839)	(1.619)	(839)
Arrendamento da fábrica (líquido do custo de depreciação de R\$ 29.287)	30.415	(2.606)		
Outras receitas/(despesas) operacionais líquidas	(8.064)	13.664	(22.273)	6.277
	21.827	(11.749)	(51.239)	(18.139)
Participação em empresas controladas				
Resultado de equivalência patrimonial	(6.623)	(6.407)		
Provisão para perdas	(4.410)	231		
	11.033	(6.176)		
Receitas financeiras	2.477	6.965	14.992	7.266
Despesas financeiras	(167.041)	(96.550)	(171.561)	(102.234)
PREJUÍZO OPERACIONAL	(153.855)	(122.676)	(158.156)	(122.955)
Receitas (despesas) não operacionais líquidas	(17)	110	1.224	132
RESULTADO ANTES DO IMPOSTO RENDA.....	(153.872)	(122.566)	(156.932)	(122.823)
Provisão de imposto de renda			(7)	(28)
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO	(153.872)	(122.566)	(156.939)	(122.851)
PREJUÍZO POR AÇÃO DO CAPITAL SOCIAL FINAL - R\$.....	(0,052)	(0,042)	(0,053)	(0,042)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

QUADRO III - JARCEL CELULOSE S.A.
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Em milhares de reais

	Capital social	Reserva de reavaliação	Prejuízos acumulados	Total
Em 31 de dezembro de 1997	823.264	84.474	(290.589)	617.149
Realização da reserva de reavaliação		(6.210)	6.210	
Realização e redução dos impostos sobre reserva de reavaliação		2.737		2.737
Prejuízo do exercício			(122.566)	(122.566)
Em 31 de dezembro de 1998	823.264	81.001	(406.945)	497.320
Realização da reserva de reavaliação		(5.526)	5.526	
Realização e redução dos impostos sobre reserva de reavaliação		2.548		2.548
Prejuízo do exercício			(153.872)	(153.872)
Em 31 de dezembro de 1999	823.264	78.023	(555.291)	345.996

As notas explicativas da administração são parte das demonstrações financeiras.

QUADRO IV - JARI CELULOSE S.A

DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO - Em milhares de reais

	Controladora		Consolidado	
	1999	1998	1999	1998
ORIGENS DOS RECURSOS				
Aumento exigível a longo prazo			2.117	15.211
Valor da venda de ativo permanente		1.648		1.637
Baixa do realizável a longo prazo	10.045			
Transferência do realizável a longo prazo para o circulante	846	1.218	14.901	1.219
TOTAL DOS RECURSOS OBTIDOS	10.891	2.866	17.018	18.067
APLICAÇÕES DE RECURSOS				
Nas operações sociais				
Prejuízo do exercício	153.872	122.566	156.939	122.851
Despesas (receitas) que não afetam capital circulante:				
Resultado de equivalência patrimonial	(6.623)	(6.407)		
Depreciação, amortização e exaustão	(51.304)	(66.097)	(80.335)	(67.997)
Varição monetária do exigível a longo prazo	(21.126)	(6.809)	(21.137)	(6.809)
Valor residual pela venda do ativo permanente	(61)	(107)	(1.021)	(13)
	74.758	43.146	54.446	48.032
Transferência de financiamentos de longo prazo para o circulante				
	45.158	33.007	45.158	33.005
Aumento do realizável a longo prazo				
	7.580	13.640	10.706	19.230
No ativo permanente				
• Investimento - capital circulante líquido		29.548		
• Imobilizado	8.596	19.270	21.899	20.683
• Diferido	75.464	823	77.065	1.973
TOTAL DAS APLICAÇÕES	211.556	139.434	209.274	122.923
REDUÇÃO NO CAPITAL CIRCULANTE	(200.665)	(136.568)	(192.256)	(104.856)
VARIAÇÃO NO CAPITAL CIRCULANTE				
Ativo circulante				
• No fim do exercício	128.089	59.948	122.988	75.032
• No início do exercício	59.948	118.819	75.032	66.774
	68.141	(58.871)	47.956	8.258
Passivo circulante				
• No fim do exercício	694.374	425.568	654.252	414.040
• No início do exercício	425.568	347.871	414.040	300.926
	268.806	77.697	240.212	113.114
REDUÇÃO NO CAPITAL CIRCULANTE	(200.665)	(136.568)	(192.256)	(104.856)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

1 CONTEXTO OPERACIONAL

A Jari Celulose S.A tem como objeto social a produção e venda de celulose branqueada, matéria-prima para a produção de papel, obtida de madeira cultivada, bem como a participação no capital de outras sociedades. As vendas são voltadas, principalmente, para o mercado externo.

Em Reunião do Conselho de Administração da Jari Celulose S.A de 1 de dezembro de 1998, foi aprovado aumento de capital na sua controlada Jarcel Celulose S.A, no montante de R\$ 393.262 mil, através transferência de determinados ativos e passivos. Este aumento foi aprovado e integralizado na Assembléia Geral Extraordinária da referida controlada, na mesma data. Desta forma a Jarcel assumiu integralmente as operações de produção e comercialização de celulose.

O capital foi integralizado pela conferência de ativos líquidos, conforme laudo de avaliação emitido por peritos independentes datado de 1 de dezembro de 1998.

2 PRINCIPAIS DIRETRIZES CONTÁBEIS

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com os princípios contábeis previstos na legislação societária aplicáveis a empresas operando em regime normal.

Os seguintes principais procedimentos foram adotados:

I - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(a) **Regime contábil** - É adotado o de competência de exercícios.

(b) **Estoques** - São avaliados ao custo médio de aquisição ou produção, que não excede ao valor de reposição ou realização.

(c) **Permanente** - Demonstrado ao custo corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995, combinados com os seguintes aspectos:

- **Investimentos** - São avaliados pelo método de equivalência patrimonial. Para investimentos em controladas que possuem passivo a descoberto foi constituída provisão para perdas (Nota 5).
- **Depreciação** - É calculada pelo método linear às taxas anuais mencionadas na Nota 7, que levam em consideração a vida útil e econômica dos bens.
- **Exaustão das florestas** - É calculada com base na relação entre a área plantada por espécie de madeira e a área cortada. A área plantada é segregada por ano de plantio para efeito de determinação da exaustão das florestas.
- **Reavaliação de bens do imobilizado** - Foi efetuada em 1993, com base em avaliação de peritos.
- **Diferido** - Baseado na lei nº 9.816 de 23 de agosto de 1999, e na deliberação CVM nº 294, de 26 de março de 1999, a Companhia decidiu, em novembro de 1999, por registrar a variação cambial decorrente dos efeitos da desvalorização do real em relação ao dólar norte-americano, incidente sobre as obrigações e créditos denominados em dólares norte-americanos em conta específica do ativo diferido no montante de R\$ 56.522 mil, líquido da amortização proporcional apurada até 31 de dezembro de 1999. Esse diferido está sendo amortizado linearmente pelo período de 4 anos, para as obrigações de créditos com prazo de vencimento superior a esse período ou nos respectivos prazos de vencimentos das obrigações e créditos, quando esses são inferiores a 4 anos.

Os demais itens do ativo diferido são amortizados, pelo método linear, principalmente em 10 anos.

(d) **Direitos e obrigações sujeitas a cláusulas de correção** - As obrigações por financiamento, os créditos por venda no mercado externo e os demais direitos e obrigações sujeitos a variações monetárias, são ajustados às taxas cambiais ou aos índices contratuais específicos vigentes, conforme seja aplicável.

(e) **Parada da fábrica** - Os custos relativos à parada da fábrica para manutenção programada anual, acrescidos dos custos fixos referentes ao período da parada, são atribuídos aos custos da produção do ano, de maneira uniforme.

II - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Estão sendo apresentadas demonstrações financeiras consolidadas, as quais foram elaboradas segundo critérios definidos na legislação das sociedades por ações e Instrução CVM 247/96. As empresas incluídas na consolidação e a participação da companhia nessas empresas são demonstradas abaixo.

Empresas controladas	Participação %	
	1999	1988
DIRETAS		
Jari Overseas Ltd.	100	100
Jari Comercial Exportadora Ltda.	100	100
Jarcel Celulose S.A	100	100

Empresas controladas	Participação %	
	1999	1988
INDIRETAS (*)		
Jari International Inc.	100	100
Jarcel International Ltd	100	100
Sasi Serv. Agrários e Silviculturais Ltda.	100	100
Mineração Guanambi Ltda.	100	100
Jari Energética S.A - Jesa	90	70

Nas demonstrações financeiras consolidadas são eliminados os investimentos, os lucros ou prejuízos não realizados entre as empresas, os resultados das equivalências patrimoniais de lucros, as receitas e despesas por negócios realizados entre as empresas, os saldos entre as empresas nos ativos e passivos circulantes e de longo prazo, bem como é destacado o valor da participação dos minoritários no resultado e no patrimônio líquido.

3 IMPOSTOS A RECUPERAR

Referem-se, basicamente, a créditos fiscais não aproveitados de Impostos sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS, relativo ao período de agosto de 1992 a setembro de 1996 no montante de R\$ 9.630 mil e de crédito presumido sobre Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI relativo ao período de janeiro de 1995 a setembro de 1998 no montante de R\$ 5.756 mil (dos quais R\$ 730 mil estão reconhecidos no curto prazo). Os respectivos montantes estão registrados a crédito de prejuízos acumulados.

4 ESTOQUES

	Milhares de reais			
	Controladora		Consolidado	
	1999	1998	1999	1998
Produtos acabados		3.171	8.119	11.510
Produtos em processo.....			135	213
Matérias-primas			13.531	6.325
Material de manutenção, consumo e peças de reposição	230	230	4.580	7.053
Materiais em trânsito			4.242	1.384
Rebanho para corte.....			883	535
Adiantamento a fornecedores			5.780	2.084
	<u>230</u>	<u>3.401</u>	<u>37.270</u>	<u>29.104</u>

5 INVESTIMENTOS EM EMPRESAS CONTROLADAS

	% de participação	Informações das investidas		Provisão para perda em investimentos		Milhares de reais Investimento	
		Patrimônio Líquido	Resultado do Exercício			1999	1998
				1999	1998		
Jari Overseas Ltd.	100	(12.538)	(356)	(12.538)	(8.128)	380.200	386.822
Jarcel Celulose S.A	100	380.200	(6.623)			380.200	386.822
				<u>(12.538)</u>	<u>(8.128)</u>	<u>380.200</u>	<u>386.822</u>

6 TRANSAÇÕES E SALDOS COM PARTES RELACIONADAS

	Ativo Circulante	Passivo Circulante	Milhares de reais Resultado do exercício			
			Vendas de celulose	Comissões sobre vendas	Variação cambial	Arrendamento da fábrica
Jarcel Celulose S.A	58.294	9.603	986			59.702
Jari Overseas Ltd.	67.981	66.323			(2.703)	
Jari International Inc.					(263)	
Jata Administração e Participações S.A		50.126				
Em 31 de dezembro de 1999	<u>126.275</u>	<u>126.052</u>	<u>986</u>		<u>(2.966)</u>	<u>59.702</u>
Em 31 de dezembro de 1998	<u>47.065</u>	<u>88.541</u>	<u>99.421</u>	<u>3.611</u>	<u>5.452</u>	

7 IMOBILIZADO

	Taxas anuais de depreciação %	Milhares de reais			
		Controladora		Consolidado	
		1999	1998	1999	1998
Terras, benfeitorias e estradas		47.608	47.608	241.669	241.669
Fábrica de celulose, máquinas e equipamentos	3 a 10	501.723	503.177	517.302	518.163
Ferrovia, instalações e veículos	4, 5, 10 e 20	7.302	7.354	38.565	39.363
Edifícios	4	110.362	108.872	129.436	127.946
Obras em andamento e imobilizações em curso.....		20.242	13.378	25.424	16.632
Florestas	Nota 2-I(c)			235.192	224.664
Outros		2.147	461	6.483	4.757
		<u>689.384</u>	<u>680.850</u>	<u>1.194.071</u>	<u>1.173.194</u>
Depreciação e exaustão acumulada		<u>(170.366)</u>	<u>(142.427)</u>	<u>(329.853)</u>	<u>(273.701)</u>
		<u>519.018</u>	<u>538.423</u>	<u>864.218</u>	<u>899.493</u>

8 FINANCIAMENTOS

	Milhares de reais			
	Controladora		Consolidado	
	1999	1998	1999	1998
DO EXTERIOR (1)				
Juros entre 8,16% e 13% a a e variação cambial do dólar norte-americano	136.707	85.482	148.685	93.574
LOCAIS				
Libor + juros entre 0,5% a 4,5% a a e variação cambial do dólar norte-americano	13.659	8.553	13.659	8.553
Juros de 8,14% ao trimestre e variação da UM (2)	74.435	50.611	74.435	50.611
Variação da TR	821	821	821	821
Juros entre 8% e 10,9%, a a e variação da UR (3)	109.927	90.416	109.927	90.416
Juros entre 8% e 14,64% a a e variação cambial do dólar norte-americano	96.977	61.489	96.977	61.489
Juros de 8% a 18% a a e variação cambial do dólar norte-americano (4)	35.956	21.297	35.956	21.297
Juros entre 23,3% e 44,57% a a	148.092	95.292	148.092	95.292
	<u>616.574</u>	<u>413.961</u>	<u>628.552</u>	<u>422.053</u>
Circulante	555.101	328.456	567.079	336.548
Longo prazo	61.473	85.505	61.473	85.505
	<u>616.574</u>	<u>413.961</u>	<u>628.552</u>	<u>422.053</u>

- (1) Valor do principal e juros em US\$ mil
- (2) UM - Unidade monetária do BNDES, indexada pela variação cambial de cestas de moeda de captação externa do banco.
- (3) UR - Unidade de referencia do BNDES, indexada pela variação da TJLP (Taxa de Juros de Longo Prazo, aplicado redutor de 6% ao ano).
- (4) Debêntures emitidas pela companhia no montante de R\$ 35.956 mil, (em 1998 R\$ 21.297 mil) cujos encargos são calculados em função do preço da celulose. A debêntures são conversíveis em ações preferenciais classe B, a critério do debenturista, observadas as condições estabelecidas na Assembléia Geral Extraordinária de novembro de 1993 e constante da respectiva escritura de emissão. Estas debêntures encontram-se vencidas com repactuação pendente desde 1 de julho de 1997. O montante a longo prazo tem a seguinte composição por ano de vencimento:

	Controladora		Consolidado	
	1999	1998	1999	1998
2000		20.147		20.147
2001	35.382	40.943	35.382	40.943
2002	11.968	11.032	11.968	11.032
2003	7.635	7.227	7.635	7.227
2004 em diante	6.488	6.156	6.488	6.156
	<u>61.473</u>	<u>85.505</u>	<u>61.473</u>	<u>85.505</u>

A fábrica de celulose e demais instalações foram hipotecadas em garantia de financiamentos com BNDES e Banco do Brasil S.A, destinados a investimentos industriais para modernização da fábrica, plantio e manutenção das florestas, desenvolvimento de pesquisas florestal e o saneamento do capital de giro (1999 - R\$ 184.362 mil, 1998 - R\$ 141.027 mil). Desde novembro de 1996 a companhia interrompeu o pagamento da dívida junto às instituições financeiras. O montante destes financiamentos vencidos em 31 de dezembro de 1999 é de R\$ 368.946 mil. Em 22 de fevereiro de 2000 foi assinado contrato de novação de dívida com a adesão de 68% dos credores. (Vide Nota 16).

9 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O Capital social em 31 de dezembro de 1999 e 1998 é dividido em 2.945.484.105 ações sem valor nominal, todas nominativas, sendo 1.178.193.642 ações ordinárias e 1.767.290.463 ações preferenciais, das quais 316.620.000 da classe A, 1.135.653.034 da classe B e 315.017.429 da classe C.

As ações preferenciais têm direito à participação integral nos lucros em igualdade de condições com as ações ordinárias, prioridade sobre as ações ordinárias no reembolso do capital no caso de liquidação da companhia e não têm direito a voto, exceto quanto:

- A classe A, enquanto representar pelo menos um décimo do capital social, tem direito a eleger, em votação em separado um ou dois membros do Conselho de Administração, caso seja composto de até cinco ou mais de cinco membros, respectivamente; e são, a qualquer tempo, conversíveis em ações ordinárias ou preferenciais classe B, a pedido dos acionistas.
- A classe C, enquanto representar pelo menos um décimo do capital social, tem direito a eleger um membro do Conselho de Administração e um membro do Conselho Fiscal e seu suplente; e são, a qualquer tempo, conversíveis em preferenciais classe B, a pedido dos acionistas.

10 CONCILIAÇÃO ENTRE O PREJUÍZO DO EXERCÍCIO E O PATRIMÔNIO LÍQUIDO DA CONTROLADORA E DO CONSOLIDADO.

	Milhares de reais			
	Patrimônio líquido		Prejuízo	
	1999	1998	1999	1998
CONTROLADORA	345.996	497.320	(153.872)	(122.566)
Eliminação do lucro nos estoques	(3,123)	(57)	(3.067)	(285)
CONSOLIDADO	<u>342.873</u>	<u>497.263</u>	<u>(156.939)</u>	<u>(122.851)</u>

11 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO

- I. Prejuízos fiscais a compensar
Em 31 de dezembro de 1999 a companhia apresenta prejuízos fiscais a compensar com lucros tributáveis futuros de R\$ 659.036 mil.
- II. Base negativa de contribuição social a compensar
Em 31 de dezembro de 1999 a companhia apresenta base negativa de contribuição social para compensação com bases positivas futuras de R\$ 450.877 mil.
- III. Encargos tributários sobre reserva de reavaliação
Em 1993 foram reconhecidos os encargos tributários (Imposto de Renda e Contribuição Social sobre lucro líquido) de longo prazo incidente sobre a reserva de reavaliação. A realização dessas obrigações, ocorre pela depreciação dos respectivos ativos ou em eventuais baixas ou alienações.
A Jari por ter sido titular do programa Befiex anteriormente a data da publicação da Lei 8981/95 teve assegurado o seu direito de compensar, integralmente os prejuízos fiscais nos termos da legislação do Befiex.

12 CONTINGÊNCIAS

- a) Os processos fiscais, judiciais e trabalhistas foram avaliados por consultores jurídicos. Para os casos em que há expectativa de perdas foram constituídas provisões no montante de R\$ 2.409 mil incluída na linha de outras contas a pagar no passivo circulante.
- b) Em função do atual processo de reestruturação foram contratados os serviços de consultores jurídicos especializados. Em 31 de dezembro de 1999, os potenciais pagamentos futuros relativos à conclusão com êxito destes serviços poderiam totalizar um montante de até R\$ 920 mil.
- c) Em abril de 1998 a companhia foi atuada pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS no valor total de R\$ 22.276 mil. Em relação a esta atuação a companhia mantinha provisão contábil no valor de R\$ 9.241 mil referente aos valores não recolhidos e correspondentes multa e juros de mora que foram conferidos, como aumento de capital na Jarcel. Para a parcela não provisionada a administração sustenta, com base no posicionamento de seus consultores jurídicos, que não ocorrerão perdas relevantes. Em 31 de dezembro de 1999 o montante em atraso com o INSS representava R\$ 17.338 mil, apresentado na linha de encargos sociais a pagar no exigível a longo prazo.
- d) Existem também outros pagamentos potenciais futuros, relacionados à reestruturação de capital no montante de R\$ 756 mil.

13 INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A posição da carteira de investimentos, registrados no ativo permanente, é composta por ações de sociedades controladas, todas companhias fechadas para a quais não são disponíveis parâmetros para determinação de valores de mercado. O montante dos investimentos da controladora em 31 de dezembro de 1999 é de R\$ 380.200 mil.

14 OUTRAS GARANTIAS E RESPONSABILIDADES

Avais concedidos em favor da Jari Overseas Ltd. montam a R\$ 12.918 mil (1998 - R\$ 8.092 mil).
Diversos imóveis da companhia foram penhorados ou arrematados por bancos em processo de cobrança de empréstimos.
Cedida em garantia a financiamento tomado por controlada - Jari Overseas Ltd. uma área de 5.010 há contendo plantios de eucalipto de 1994 e 1995, avaliados por US\$ 7.559 mil.

15 TRANSIÇÃO DE SISTEMAS PARA O ANO 2000 (NÃO AUDITADO)

Os sistemas da companhia e suas controladas não registraram qualquer interrupção ou efeito adverso na virada do ano, como também nos registros de suas transações após 31 de dezembro de 1999.

16 EVENTO SUBSEQUENTE

Em 22 de fevereiro de 2000 foi assinado contrato de novação da dívida, subordinando sua amortização à geração de caixa presumida da empresa para os próximos 11 anos. Por esta renegociação, está assegurado uma amortização mínima de 27% de seu valor, e o que não for possível pagar neste período por esta geração de caixa além deste valor, estará automaticamente quitado. Este acordo já conta com adesão de folgada maioria dos credores, sendo que são boas as perspectivas de estendê-lo aos demais credores. Em decorrência do referido contrato serão encerrados os processos judiciais de cobrança de dívidas em relação aos bancos que aderiram ou vierem aderir ao acordo.